

Trabalho e valor

YVES SCHWARTZ

RESUMO: As mudanças atuais no “mundo do trabalho” presentes também para além do espaço fabril colocam interrogações. O valor mercantil do trabalho é o ponto de partida mas não o único para o entendimento de questões como “centralidade” ou não do trabalho, redução ou partilha do “trabalho” e incertezas para a vida dos sujeitos trazidas por estas mudanças. Afinal, o que é o trabalho? Em que se constitui o valor? É considerando o trabalho como uma realidade complexa que se poderá melhor compreender os “dramáticos uso de si” nas diversas situações sociais de trabalho que também são universos de valores, bem como apreender a existência de circulações e barreiras entre o trabalho mercantil e outras formas de atividades. Isto permitirá que o político seja tido como ação e não submissão visto não haver forma canônica que representaria a excelência, as virtudes mesmas “do trabalho”.

UNITERMOS:
trabalho,
valores mercantis,
valores não-mercantis,
modernidade,
“usos dramáticos
de si”,
barreiras,
circulações,
político.

Trata-se aqui de interrogar-se sobre o valor de mercado do trabalho? Em parte, sem dúvida. Mas não diretamente isto, nem somente isto. Pois abordar o trabalho unicamente a partir de seu estatuto de mercadoria, como este segmento da vida humana que é trocada por dinheiro, não é uma maneira clara e fecunda de entrar no debate atual sobre o “valor do trabalho”.

Enquanto nos decênios precedentes esta forma do trabalho como mercadoria foi relativamente estável, aceitou-se mais ou menos como evidente uma equivalência intuitiva entre, de um lado, o “trabalho”, e, de outro, um emprego remunerado, enquadrado por estatutos, convenções, lugares identificados de negociação ou de antagonismos a respeito dos termos desta troca.

A ser publicado na coletânea *Crise du travail, la société salarié en question*. Gentilmente cedido pela Éditions La Dispute.

Professor de Filosofia da Universidade de Provence

Mas, de uns quinze anos para cá, os contornos desta equivalência se desagregam e as referências se confundem: não há mais conteúdo de atividade dominante (observe-se a ascensão em marcha dos “serviços”, noção que abarca tudo). A forma salarial e a grande empresa concentrada estão decrescendo em relação às dispersões em pequenas unidades, aos deslocamentos, à ascensão do trabalho dito “independente”. As formas taylorianas do governo do trabalho têm tendência à declinar onde foram experimentadas há alguns decênios. *Mas isto não cria novas homogeneidades*. Com efeito, estas formas podem insinuar-se em outros setores. E, de outro lado, as políticas híbridas que as sucedem não apresentam tendências claras e unívocas. Elas autorizam um “jogo de ping-pong” indefinido entre aqueles que chamam a atenção sobre as *verdadeiras* mudanças no uso das atividades humanas e aqueles que são, *não sem razão também*, sensíveis ao retorno, se não do mesmo, até do pior (por meio dos reprocessamentos múltiplos e pela intensificação de gestões industriais). Tempos de atividade, de estágios, de formação, se misturam, assim como se misturam também o público e o privado. As temporalidades circunscritas, os lugares privilegiados, os quadros jurídicos do trabalho – cf. a proliferação dos contratos ditos “atípicos” – tornaram-se instáveis e complicam muito aquilo que se pode considerar o nosso conceito de “trabalho”.

A ascensão do desemprego na Europa, sobretudo, o leque contínuo de situações entre o C.D.I. e o desemprego dão um contorno crucial a esta nova perplexidade. Com esta diversificação e esta exclusão em massa de populações situadas em setores urbanos desfavorecidos, doravante é compartilhada a consciência de um risco maior para nossas sociedades.

É a partir daí que surge hoje a questão do valor do trabalho. Nesta situação indecisa e degradada, *será preciso fazer tudo para voltar à situação anterior* – na qual não havia muitas dúvidas sobre o que era “o trabalho” – *ou bem a modernidade nos dá sinais sobre outras formas aceitáveis de vida social?* Daí a interrogação: “o trabalho tem um valor?”, e suas derivadas: manutenção ou perda da “centralidade” do trabalho, redução ou divisão do “trabalho”, etc...

Mas podemos nos satisfazer com esta *incerteza*? O que é este “trabalho”, cujo valor é discutido hoje? O que é que se pensava, o que é que se pensa desta noção? Pode-se inscrever projetos na vida de nossos contemporâneos com intuições vagas que, sem grande rigor, associam o trabalho a conteúdos de atividade, à remuneração, ao regime de salários, a um estatuto ou um contrato de troca de prestações de serviço, a uma simples ocupação de lugar num conjunto social? A resposta muito simples, política voluntarista ou ilusória.

- o que é que constitui “valor” no trabalho? *O que seria essencial*, e cuja ausência teria pesadas consequências, tanto para o indivíduo quanto para o social? Ou então, o que é que, *equivocadamente*, teria sido considerado como essencial e que não mereceria mais sê-lo (tema da obsolescência do

“valor trabalho”)?

Responder em poucas palavras a estas questões suporia uma definição clara do trabalho. Ora, do meu ponto de vista, esta definição é impossível.

São testemunho disto, por exemplo, os conflitos entre especialistas para *datar* a emergência do trabalho. Se interrogamos o historiador da pré-história, o trabalho, constitutivo da humanidade e portanto de seus valores genéricos, começou há 2,5 milhões de anos com a fabricação em série, pelo *homo habilis*, de um instrumental que transformou, para esta nova espécie biológica, a significação e as exigências do que é o viver. E creio que o ergonomista que hoje sabe revelar, sob a marca taylorista aparentemente mais apetitiva e mais rígida, as múltiplas micro-variabilidades e as estratégias de gestão ajustadas a estas variabilidades, não se sentiria tanto em país estranho ao analisar os traços atualmente disponíveis da indústria paleolítica.

Mas outros dirão, não sem excelentes razões, que o trabalho foi inventado no oriente médio entre 9000 a.C. e 8000 a.C., pelas primeiras sociedades agrícolas, organizando seus ciclos sociais, seu habitat, sua vida comum, em torno das exigências da *produção* (Revolução neolítica). Enfim, economistas, sociólogos, historiadores reivindicarão a generalização do regime de salários (no século XIX, início do XX) para a construção de um conceito óbvio de trabalho: o tempo dedicado para o trabalho traçaria uma clara linha de demarcação entre “trabalho” e “não-trabalho”, entre a esfera do tempo “público” e a esfera do tempo “privado” ou do tempo para si mesmo, e abriria o campo para os modelos de quantificação e de medida do “valor” trabalho.

Outro índice desta situação de indefinição no pensamento sobre o trabalho: este laço, que julgo um tanto surpreendente, e além disto utilizado duas vezes, entre a angústia e a invenção do trabalho. Assim, um dos grandes especialistas franceses do neolítico, Jacques Cauvin, constatando a impotência das explicações ditas “materialistas” para dar conta da ruptura prodigiosa do neolítico, à qual me referi acima, pensa que esta invenção do trabalho é “o efeito compensatório de uma mal-estar existencial nunca experimentado”. As primeiras deusas-mães, as primeiras figuras que oravam levantando seus braços para o céu, ao instaurar uma “topologia vertical”, assinalariam o desejo de transformar um “estado inicial de angústia” (Cauvin, 1994, p. 100-101). E que não nos enganemos: foi de uma vez por todas que se determinaram aí a humanidade e seus valores:

“É na revolução neolítica que se enraíza o estado presente da espécie humana [...] em sua própria cultura e em suas estruturas mentais” (Cauvin, 1994, p. 13).

Por esta razão, fica-se surpreso ao ver, sob a pluma de um ensaísta, num livro recente, (Dominique Meda) a mesma maneira de imputar às tensões psíquicas e ao “grande medo” existencial o investimento sobre e a centralidade do trabalho.

“No século XVIII, em resposta a este “grande medo”, o trabalho se torna o vetor privilegiado do reinvestimento das energias em direção às coisas deste mundo” (Meda, 1995, p. 295).

Aqui também nosso destino presente está traçado, e seria necessário hoje “desencantar o trabalho, aliviá-lo das expectativas excessivamente fortes que havíamos colocado nele” (Meda, 1995, p. 301).

Se foi preciso inventar o trabalho como solução para tensões no século XVIII (o trabalho mercadoria), é porque aquilo que foi inventado no neolítico era outra coisa. Mas qual dos dois é o mais “essencial” para evocar nossa questão inicial?

*Como não perceber que cada um recorta a noção de trabalho segundo sua própria filosofia ou de sua filosofia, mesmo de sua ideologia, que a idéia segundo a qual se “inventa” alguma coisa no campo das práticas humanas tem algo de estranho e até absurdo?*¹.

Mas voltemos ao presente, munidos contudo destas heranças contraditórias, pois elas vão exercer todo o seu peso. Diz-se: o trabalho tem valor, porque é produtor ou matriz do “*laço social*”.

Intuitivamente, percebem-se pistas sob esta expressão. Mas ao mesmo tempo, não é ela terrivelmente ambígua e mesmo desconcertante?

Visa-se a *inserção* numa entidade econômico-institucional? Mas entre uma grande empresa com múltiplos estabelecimentos, “micro-empresas” de alta tecnologia, uma administração pública, formas associativas híbridas como no terciário e o trabalho dito “social”, quantas diferenças!

Visam-se *aproximações*, sinergias, relações de trabalho? Mas entre um maquinista da SNCF, um consultor independente, um operário de linha e montagem, um empregado de comissão local para o emprego... , aqui também quantas formas diversas de “*laço social*”!

Ou ainda: o “*laço social*” é a *relação de poder* descendente, a autoridade hierárquica, a prescrição abrigada pela subordinação jurídica, que freqüentemente é pesada, e que é deixada com alívio no final do dia? Se se define assim o *laço social*, alguns criticarão não sem razão uma valorização discutível de situações de “subordinação” ou de passividade. Seriam então estas relações *construídas* no trabalho? Talvez. Mas estas não podem ser separadas dos quadros institucionais que acabamos de evocar com seu contexto variável de subordinação; e suas figuras concretas são diversas e não unilateralmente positivas.

Este “*laço social*” é certamente uma indicação interessante, mas não clara.

Para avançar, não seria necessário admitir que as respostas que apresentarmos para a questão “qual é o valor do trabalho” serão função da maior ou menor proximidade em relação a dois modos extremos de caracterizar o trabalho: ou o trabalho é simples, ou é uma realidade complicada para ser compreendida.

¹ Nestas duas maneiras problemáticas de associar a angústia existencial e a invenção do trabalho, a primeira pode, com efeito, fazer-nos refletir, na medida em que apóia-se sobre testemunhos materiais que exigem interpretação. (A aparente anterioridade da “revolução dos símbolos” sobre as primeiras produções agrícolas).

- se temos uma idéia simples do trabalho, podemos reduzi-lo a uma troca de tempo por salário. Então, certamente, o trabalho tem um valor imenso: fonte de retribuição, pois, numa sociedade de mercado, meio de vida. Mas alguns certamente observarão que outras sociedades souberam assegurar esta forma de (sobre)vivência por outros meios sociais diferentes deste procedimento do mercado, “alienante” mesmo. Reduzido à sua forma de mercadoria ou emprego, o trabalho tem, para alguns, um valor usurpado, porque solidarizamos indevidamente o que ele proporciona (os meios de subsistência) com uma forma histórica e contingente de relações entre os homens (a sociedade de mercado).

- ou o trabalho é complicado, como o acreditamos: ele acumula a herança de seus sucessivos nascimentos; se não se inventa nada no campo que denominamos “ergológico”, é preciso ver o que isto quer dizer: nunca compreenderemos inteiramente esta realidade que articula inextricavelmente o antropológico, o histórico, heranças imemoriais e relações sociais extremamente carregadas de sentido. E isto remete a muitas exigências dialéticas para qualquer política futura do trabalho. Alguma coisa enigmática que ele cristaliza em si atravessa e circula entre as diversas formas de atividade das quais *algumas* têm a forma “emprego e *outras* não: trabalho para si ou sobre si, trabalho doméstico, militante, estratégico, político. *Toda* forma de atividade em qualquer circunstância requer sempre *variáveis* para serem geridas, em situações históricas sempre em parte singulares, portanto escolhas a serem feitas, arbitragens – às vezes quase inconscientes – portanto, o que eu chamo de “usos de si”, “usos dramáticos de si”. Simplesmente, em nossa época, é verdade que a forma do trabalho como emprego ou mercadoria é, de um modo geral, *quer dizer, nem sempre*, o modo mais rico de ativação dentre estes modos “dramáticos”.

Para melhor me fazer compreender, afirmaria que em nossas sociedades contemporâneas, todo pensamento sobre o valor do trabalho deve tentar articular as “circulações” e as “barreiras” entre a forma do trabalho como mercadoria e os outros momentos da vida humana. Digo bem *hoje*: se, de um passe de varinha de condão – existe muito do pensamento *mágico* nas soluções imaginadas atualmente para a crise do emprego – anulássemos as regulações mundiais e as pesadas exigências da gestão capitalista dos homens e das coisas, o problema seria colocado de outra maneira.

- primeiramente, as *circulações*: toda concepção que separasse por princípio o trabalho mercadoria dos outros momentos da vida social empobreceria aquilo que na realidade ele é, “caluniá-lo-ia”. Poder-se-ia justificar esta hipótese por meio de duas outras:

- Falei de um “uso de si”: este “si” é também um corpo. Não é *uma* situação de trabalho que não comprometa esta obscura entidade, entre o biológico, o psíquico e o histórico, *e isto mesmo nas atividades consideradas imateriais*. Um piloto de linha nos demonstrava recentemente o “engajamento corporal do piloto, quaisquer que sejam os sistemas de informação e de

comando”. Em sua cabine, por exemplo, com as costas para os instrumentos e conversando com o chefe de cabine, ele percebe bruscamente que seu avião não girou como deveria acima de uma baliza.

“Manifestou-se um conflito no nível da síntese sensorial, entre um estado esperado e um estado real”
(Joanneaux, 1994, p. 40).

Nas indústrias químicas, uma das tarefas mais penosas na vigilância das instalações é a *luta conta o descuido* de múltiplos parâmetros pertinentes.

“A colaboração se traduz por meio de táticas, mesmo de astúcias para combater o descuido. É claro que uma certa ansiedade que vem alimentar a carga de trabalho no posto não nasce da periculosidade das instalações mas do temor de deixar de lado ações para as quais se é programado, parâmetros que deveriam ser levados em conta” (Chaurriaux, 1994).

Mas *onde* se cultiva a saúde do corpo, a memória, *onde* se combate o descuido? Não temos *dois corpos*, um para “o trabalho” e outro para o “fora do trabalho”, é o mesmo corpo que enfrenta, experimenta-se, forma-se, gasta-se em todas as situações da vida social.

- Falei do “uso dramático de si”: toda situação de trabalho supõe, como disse, arbitragens, ponderações, critérios, portanto também *engajamento*. Exemplos: a “qualidade” versus “quantidade”, a “economia de si” versus “facilitar a ação coletiva” etc... Esta situação é, pois, mesmo se o mais freqüentemente na penumbra, imersão num universo de valores: ora, não mais do que a propósito de corpo-si, não se pode compartimentar este universo em “valores do trabalho” e “outros valores”... Os valores circulam e se retrabalham entre o pólo “trabalho-emprego” e os outros encontros com a vida social e cultural².

- as “*barreiras*”, em seguida. Ao mesmo tempo, e isto não é contraditório, há também barreiras entre o trabalho mercadoria e as outras formas de atividade. A experiência do desemprego rapidamente o provou, mesmo quando o desempregado dispõe de rendas recentes. Dizê-lo é constatar que esta forma de mercado do trabalho, eu o repito, nas condições atuais da vida social, situa os homens e as mulheres no seio de um espaço no qual eles têm uma chance, mesmo se por vias freqüentemente malsãs, e até patogênicas, de serem contemporâneos das pulsações de seu presente; no qual podem tentar fazer de seu meio um espaço possível de normas que tenham uma pertinência coletiva e histórica. Por trás das pressões do mercado, do cálculo das alocações de recursos, há o movimento das técnicas, das culturas, das organizações, há uma apropriação parcial mais obrigatória da modernidade. E estar num ponto deste tecido móvel, é multiplicar as ocorrências de encontros e deliberações sobre valores, conflitos de valores, de mandamentos para aceitar ou recusar as linhas de desenvolvimento humano. (Exemplos: o “meio ambiente”; a “recusa da exclusão”; as localizações ou deslocamentos de atividades; as definições

² Desenvolvemos este ponto em *Philosophie, ergonomie e exterritorialité* (Schwartz, 1996).

variáveis do campo “cultural”...).

É precisamente aqui que se descobre a necessidade de pensar *a dialética das “barreiras” e das “circulações”*. Através desta importância dada ao trabalho mercadoria, não se trata com efeito de louvar os critérios abstratos e quantitativos do mercado como se fossem a última descoberta da sociabilidade humana. Poder-se-ia fazer sem eles? Ignoro-o; mas a título de higiene intelectual e de heurística creio que é preciso fazer como se se pudesse. E isto por uma razão muito forte: os valores que não são de mercado, e, entre eles, o “bem comum”, são presentes, operantes, eficazes, mesmo se pouco aparentes, nas atividades reguladas pelo dinheiro e alocações de recursos.

O trabalho como realidade “complicada”, as “circulações” refazem aqui sua superfície e impedem o trabalho como mercadoria de ser absorvido por esta única lógica de mercado. Não pensar aqui as circulações, vetor fundamental destas confrontações de valores, é denegrir os conteúdos reais do trabalho sob a sua forma de emprego, empobrecer seus horizontes atuais, as potencialidades de emancipação em relação ao pólo exclusivo da regulação pelo lucro e pelo cálculo monetário.

Hoje em dia, desconfio particularmente da expressão “centralidade” do trabalho: não somente porque ela supõe claro um conceito que não o é, mas porque sempre arriscamos ocultar aquilo pelo qual o trabalho é portador de outra coisa diferente daquilo que ele é, inclusive no que concerne uma outra política do emprego. Quanto mais se fizer “aumentar as confrontações” (segundo uma expressão, me parece, de Claude Quin) entre valores de mercado e outros valores, menos se isolará o que devemos aos diversos “nascimentos” do trabalho – que nos fizeram – mais se “humanizará”, no sentido em que, exceto se mutilarmos nosso ser histórico, o trabalho não pode ser senão, hoje, esta confrontação sempre problemática.

Entre parênteses e para lembrar os movimentos sociais de dezembro de 1966: não é neste quadro que devemos evocar a distinção entre o público e o privado? Na ocasião de um recente colóquio³ juristas se interrogavam sobre a legitimidade desta distinção e especialmente sobre a oposição “estatuto” (público) / “contrato” (privado). Chegaram a esta questão fundamental: *existe uma diferença na própria atividade que justifique esta distinção?*

Parece-me perigoso responder de maneira decisiva e fora das circunstâncias históricas. Instituições cristalizam heranças e valores. Não se poderia pois dissertar sobre estas instituições em abstrato, como se toda decisão a seu respeito não fosse também tomada de posição em relação a estas escolhas. Mas dois elementos essenciais devem ser levados em conta.

a) Se existe algo como os valores que não são de mercado em todas as sinergias coletivas ao trabalho, não devem eles ter como garantia, como fiador, um pólo de interesse público encarregado do “bem comum”? Visar reduzir este pólo não seria atentar insidiosamente contra estes valores silenciosos graças aos quais as atividades fora do pólo público têm condições implícitas de operatividade?

³ *Le travail en perspectives*, Université de Nantes, responsable: Professeur Alain Supiot (12-13/04/96).

b) Se se admite assim a exigência de um pólo público, pode-se governar o trabalho em seu seio segundo as formas clássicas da administração privada sem minar aí também suas condições de eficácia?

Fecho o parênteses para voltar a este ponto segundo o qual, sem exclusividade mas como tendência, o trabalho mercadoria permanece hoje a forma de atividade na qual os debates entre valores de mercado e outros valores têm o mais amplo horizonte. Se as “circulações” vão em todos os sentidos, elas são enfraquecidas e empobrecidas quando a relação em direção a esses nós de confrontações é cortada; o que é o caso do desemprego, mesmo que se possa falar hoje da “atividade do desempregado”⁴. O que está aqui em jogo através da prestação de mercado de trabalho, é a *qualidade das convocações* nas quais os indivíduos devem pensar seu ser histórico.

Isto permite voltar ao valor propriamente mercantil do trabalho. Sem meios de subsistência de acordo com as possibilidades do presente, certamente não há mais circulações em absoluto. De onde vem para alguns esta idéia: por que não separar atribuição de meios convenientes e prestação de mercado? Esta última seria de certo modo a “parte maldita”, hoje rarefeita, mas supostamente suficiente para o fornecimento global dos meios de subsistência, assim descomercializada.

- De um certo ponto de vista, esta separação já existe em nossas sociedades modernas, com redistribuições e transferências sociais⁵ sem falar do R.M.I. Mesmo na esfera do trabalho mercadoria, a relação entre prestação fornecida/remuneração em dinheiro não pode ser apreendida por nenhuma regra simples. Já tive a ocasião de lembrar o laço entre uma recomplexificação do olhar sobre o trabalho e um questionamento da teoria do valor em Marx (Schwartz, 1988, cap. 20)⁶. Fora isto, já se falou de “desmoronamento de teorias” do salário e de múltiplas teorias concorrentes que existem hoje em dia entre os economistas (cf. Reynaud, 1994).

Mas pode-se levar esta separação ao extremo e fazer dela um verdadeiro sistema? (Como o evocaria, não sem contradições últimas, a obra já citada de D. Meda).

O que acabo de lembrar mostra os limites desta separação. A dualização dos tempos ou tipos de atividade conduziria a um sistema no qual alguns seriam engajados, como serviço encomendado, na dramática dos mercados, e outros num dispositivo assistencial no qual o eco das grandes escolhas que governam nosso mundo ficaria ensurdecido (a este respeito, pode-se perguntar sobre o que desembocaria a esfera do “político” assim imunizada contra a esfera da produção). O pagamento monetário do trabalho não é em nada um modelo para uso do gênio humano: atualmente, contudo, ele é sempre um sintoma e aposta de compromissos, entrelaçados no conjunto de gestões e escolhas sociais. Desconectar totalmente a atividade industrial dos procedimentos de sua contrapartida econômica é uma maneira de subestimar profundamente o *endereço social* das dramáticas do uso de si cuja

⁴ Yves Rousseau, comunicação no Colóquio *Le travail en perspectives*.

⁵ E isto talvez possa ser considerado como uma aquisição social fundamental, um vivo setor de confrontação entre valores de mercado e os outros valores.

⁶ Sobre este ponto, será proveitoso consultar a tese de J. L. Bertocchi (1966).

valorização ou reconhecimento em dinheiro é, nas condições atuais, um elemento importante.

Acrescentemos que mal se imagina a espantosa engenharia ou burocracia social que se supõe que organizem estas imensas retribuições de recursos. Não é preciso ser ingênuo demais para recorrer a esta solução: que forças políticas, sociais, econômicas estão hoje prontas para dispor de tais mecanismos de obtenção e distribuição da riqueza social, no interesse comum?

Conclusão em cinco pontos

1 - Responder à questão sobre o valor do trabalho dizendo que “ele permite ganhar a vida” é uma afirmação evidente, óbvia, mas que só considera a noção de trabalho no quadro exclusivo da sociedade de mercado e lhe atribui valor apenas pelo que ele proporciona, sem relação com sua própria efetuação e de suas condições de operatividade. Mais do que um ponto de partida, esta afirmação precisa ser reapreciada ao longo do caminho.

2 - A noção de “valor do trabalho” me parece obscura, assim como a própria noção de “trabalho”. Em contrapartida, e sem jogo de palavras, a questão pertinente me parece ser a seguinte: qual é o *trabalho dos valores* que as sociedades humanas oferecem nas atividades sociais que propõem ou dispõem? Que riqueza, que amplitude de circulação permitem?

3 - Este critério de aceitabilidade das atividades sociais não é um critério categoricamente discriminante; e é normal que assim seja: a diversidade humana proíbe qualquer julgamento dogmático sobre o que é aceitável para nossos semelhantes. Mas ele reorientaria um olhar crítico sobre três maneiras de imaginar o futuro do trabalho:

a) não há forma *canônica* que represente a excelência, as virtudes mesmo do “trabalho”. A modernidade inventa novas formas possíveis de “trabalho dos valores” e a crise atual estimula o esforço de imaginação (por exemplo, não é simples, nem provavelmente absurdo fazer um julgamento unilateral sobre “o” (?) teletrabalho; do mesmo modo, não há muita coisa para explorar mais adiante na idéia de “contrato de atividade”, antes de qualquer avaliação político-social?

b) certas formas de precariedade do emprego podem ser aceitas por um tempo, como expedientes e experiências de situações. Mas, como certas “vias de garagem”, as formas de ocupação sem implicações nem ocorrência, para construir patrimônios coletivos realmente incritos no presente são patogênicas⁷.

c) a dualização do universo de atividade, desemparelhando o sistema entre a afetação desmercantilizada dos meios de vida e a contribuição de mercado do trabalho social limita de uma parte e de outra o “trabalho dos valores”.

4 - permaneceria, é certo, a questão central: como oferecer a todos as formas de atividade social convenientes para assegurar a cada um os meios

⁷ Para uma abordagem sem nuances – mas não sem princípios – destes usos das formas “atípicas” do emprego, poder-se-á consultar Michel Neumayer (1994).

para viver e modalidades variáveis do trabalho dos valores? Não tenho uma solução na manga do colete. Mas toda economia que não tomasse suficientemente a medida das gestões, circulações, dramáticas cuja atividade industrial inteira é o crisol, diminui as confrontações fecundas entre valores de mercado e outros valores, e, por isto, me parece mal armada para responder a esta questão crítica.

5 - Finalmente é colocada a questão do político. O trabalho dos valores que permite repensar a economia circula num espaço que denomino de três pólos: o das gestões do/no trabalho (“gestão” porque o trabalho nunca é simples), o da gestão das alocações de recursos, dos valores quantitativos e/ou de mercado, e o do bem comum. Em épocas sociais nas quais os dramáticos usos de si são *relativamente* homogêneos, nas quais as categorias sociais remetem a experiências mais ou menos comuns de vida e de trabalho, as circulações não têm muita dificuldade para se estabelecer, e o político pode ser um objeto real de apropriação pelas pessoas ou grupos⁸.

Quando se decompõem estas homogeneidades já muito relativas e não isentas de contradições, o político corre o risco de ser mais submissão do que um agir, se este trabalho dos valores não for tomado como um dos objetivos do próprio político. Quanto mais se diversificam as situações de vida e de trabalho sob o efeito do movimento do capital, das transformações nas maneiras de produzir, da crise, mais o político deve permanecer idêntico a si mesmo, como garantia de uma cidadania abstrata, expressão e definição do geral, gestão do interesse comum, e ao mesmo tempo mais deve também tornar-se experiência, aprendizagem, e agente de circulações de valores entre micro e macro, local e global.

A contradição entre a força do movimento social de dezembro de 1995 e sua fraca capacidade para “tornar-se político” me parece estar ligada, em parte, a esta dificuldade em repensar o campo do político⁹.

⁸ Tive a ocasião de desenvolver este ponto em *De l'inconfort intellectuel, ou comment penser les activités humaines?* (Schwartz, 1995b).

⁹ Ver nossa contribuição no n° Hors Série de *Futurs*, Mars, 1996, consagrado a este movimento social.

Tradução de Maria das Graças de Souza do Nascimento

Recebido para publicação em agosto/1996

SCHWARTZ, Yves. Work and value. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 8(2): 147-158, october 1996.

ABSTRACT: Actual changes in the “world of work”, which are also present beyond the factory’s space, put some questions. The market value of work is one starting point but not the only one for the comprehension of issues as “centrality” or not of work, “work”-reduction or -share and uncertainties for the subjects’ lives brought about by these changes. After all what is work? What is value constituted of? Taking into consideration the idea of work as a complicate reality, it will be possible to better comprehend the “dramatic uses of self” in the different social working situations which are also a universe of values, and to realize the existence of circulations and of barriers between market work and other forms of activity. This will make the political appear as an action and not as a submission, as there is not any canonical form which would represent the excellence, even the virtues of “work”.

UNITERMS:
work,
market values,
not-market values,
modernity,
“dramatic uses of self”,
barriers,
circulations,
political.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERTOCCHI, J. Lm. (1996) *Marx: une certaine approche du travail*. Paris, Éditions Sociales.
- CAUVIN, Jacques. (1994) *Naissance des divinités, naissance de l’agriculture; la révolution des symboles au néolithique*. Paris, CNRS Édition.
- CHARRIAUX, M. M. (org.) et alii. (1994) *Qualifications en procès. Situation de travail qualifiantes à Péchiney Gardanne*. Rapport de recherche. APST Recherche/APRIT, Université de Provence, juin.
- JOANNEAUX, Michel. (1994) Le moment de l’action. *Permanences humaines et techniques*, septembre.
- MEDA, Dominique. (1995) *Le travail, une valeur en voie de disparition*. Paris, Aubier.
- NEUMAYER, Michel. (1994) Redimensionner le travail, approches générales, choix singuliers. Mémoire DESS-APST, Aix-en-Provence, Université de Provence.
- REYNAUD, Bénédicte. (1994) *Les théories du salaire*. Paris, Repères la Découverte.
- SCHWARTZ, Yves. (1988) *Expérience et connaissance du travail*. Paris, Messidor
- _____. (1992) *Travail et philosophie, convocations mutuelles*. Toulouse, Octarès édition.
- _____. (1995a) Circulations dramatiques, efficacités de l’activité industrielle. In: _____. *La crise du travail*. Paris, PUF.

- _____. (1995b) De l'inconfort intellectuel, ou: comment penser les activités humaines? In: COURTS-SALIES, P. (coord). *La liberté du travail*. Paris, Édition Syllepse.
- _____. (1996) Philosophie, ergonomie et exterritorialité. In: DANIELLOU, F. (org). *L'ergonomie en quête de ses principes*. Toulouse, Octarès Édition.